

CGTP: HÁ 23 ANOS A PREVENIR E SENSIBILIZAR ATRAVÉS DO PROJETO EURIDICE



A que objetivos se subordina o projeto Euridice?

José Correia (JC) – O Euridice é um projeto europeu criado em Itália, que foi implementado em Portugal e, em mais seis países da Europa, em 2021, assenta essencialmente na prevenção de consumos de tabaco, álcool e substâncias psicoativas em meio laboral. Em suma, as adições nos trabalhadores, nos locais de trabalho. Quanto a objetivos, o projeto pretende estabelecer uma relação entre o ambiente de trabalho, as condições de trabalho e os problemas ligados ao possível consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas. A sua concretização passa pela promoção de hábitos de vida saudáveis, procurando a modificação de atitudes, comportamentos e fatores de risco.

Em que metodologia assenta o projeto?

JC – Temos um protocolo numa parceria tripartida entre a CGTP, a entidade empregadora e a estrutura sindical. As fases do projeto passam, em primeiro lugar, pela divulgação junto dos trabalhadores (a CGTP tem aqui um projeto que procura encontrar respostas para os problemas da adição) e, procuramos identificar alguns problemas, através da aplicação de um questionário sobre representações sociais em relação a consumos em meio laboral. Depois divulgamos os resultados junto dos trabalhadores e desenhamos um plano de intervenção, juntamente com a entidade empregadora, e a comissão sindical, de acordo com esse questionário.

Após a intervenção, é aplicado um segundo questionário, para ver o que mudou. Os resultados culminarão, ou na continuidade da intervenção, ou no término do projeto.

É importante referir, que a partir de 2005, a CGTP, estabeleceu um protocolo com o ICAD (IDT naquela data), e passamos a ter assessoria técnica, com a integração de um ou dois técnicos, nos grupos de trabalho das várias organizações onde tínhamos o projeto instalado.

A partir dessa fase, o projeto alargou um pouco o seu âmbito, permitindo que os trabalhadores que quisessem procurar ajuda, tivessem uma “via verde” de acesso aos serviços locais do ICAD/ CRI.

Sendo certo que a CGTP elege como objetivo a defesa de melhores condições de vida e laborais dos trabalhadores, pergunto-lhe se esta intervenção não colidirá com o direito à livre escolha dos trabalhadores quanto ao consumo deste tipo de substâncias...

JC – Não colide. Nós temos que encarar o consumo de substâncias em contexto laboral como um problema que leva à adoção de atitudes e comportamentos que são prejudiciais aos próprios direitos dos trabalhadores. Ainda hoje, temos propostas de regulamentos de consumo de álcool e substâncias psicoativas que assentam quase exclusivamente na penalização do trabalhador, com procedimentos disciplinares por incumprimento de um conjunto de regras enquanto trabalhador. Nós temos que encarar que existe um problema, tentar encontrar resposta, envolver a entidade empregadora e, se possível, os trabalhadores a tomarem consciência que existe, de facto, um problema e ter em conta que o regulamento do consumo de álcool tem que ter uma atitude preventiva. Mas sobretudo ter em conta que aquele trabalhador tem, de facto, um problema e não pode ser tratado, do ponto de vista disciplinar, como se estivesse a cometer um crime.

Existem 308 entidades empregadoras no território nacional, que são os municípios que, assumem responsabilidades acrescidas, nomeadamente, o transporte escolar e até empresas rodoviárias municipais. Nestes casos, os consumos podem revelar-se extremamente danosos, como prevenir estas situações?

JC – A circunstância de conduzir um autocarro num serviço público, através de transportes coletivos, sejam turmas para a natação ou outras atividades, ou até o transporte escolar, que é diário, não difere da de outros trabalhadores que transportam, por exemplo, mercadorias ou que pertencem a empresas de transporte. As câmaras municipais – e estabelecemos protocolos com várias – têm condições para terem uma maior sensibilização para o problema. Desde 2001, no contexto das câmaras municipais, houve um avanço na criação de condições, a partir dos serviços de gestão de recursos humanos, no sentido de tratar estes problemas e acompanhar os trabalhadores numa perspetiva positiva e preventiva. Algumas câmaras fazem-no, outras nem tanto.

Falamos num tema muito caro à CGTP, que se prende com as condições de segurança no trabalho... Isto não seria um caso para definir através da contratação coletiva?

JC – Eu sou dirigente do setor da administração local, nós temos uma experiência na contratação pública muito mais do que administração central, estabelecemos os acordos da entidade empregadora pública que, desde há dez anos, incluíram um segundo capítulo que se designa por segurança e saúde no trabalho... na contratação coletiva com as câmaras municipais, temos um conjunto de normas sobre a segurança e saúde no trabalho com um âmbito muito abrangente: desde logo, o funcionamento de consultas de medicina no trabalho, com serviços de saúde ocupacional para haver o cumprimento da lei, que obriga a que trabalhadores com mais de 50 anos tenham direito a uma consulta médica por ano e, para os restantes, de dois em dois anos. Portanto, na administração local faz-se isso. Mas há outra intervenção determinante: nas 308 câmaras municipais que referiu, assistimos a estaleiros operários que, não são objeto de qualquer fiscalização, e que se pertencem



cessem a uma empresa privada estariam encerrados. O panorama ainda é de grande dificuldade em termos de condições de trabalho e emerge uma figura por lei que dá a faculdade ao sindicato de convocar eleições para os representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho. Em muitas autarquias, temos representantes eleitos, hoje já não prevalecem as antigas comissões de higiene e segurança que, por iniciativa da câmara, envolviam algumas chefias e um ou dois representantes dos trabalhadores que, naturalmente, se encontravam em minoria nesse órgão. Entretanto, a lei foi alterada e a faculdade de convocar eleições para os representantes dos trabalhadores é exclusiva dos sindicatos. Obviamente, não conseguimos chegar a todo o lado. Relativamente à experiência da eleição dos representantes dos trabalhadores, o STAL tem ainda um âmbito muito alargado: estamos a falar de trabalhadores que são eleitos para verificação das condições de segurança e saúde no trabalho, bem como das condições de higiene e um conjunto de normas, em articulação com a estrutura sindical e com uma perspetiva reivindicativa junto da câmara. O objetivo deles é apresentar um caderno reivindicativo, identificando, por um lado, o incumprimento da lei e, por outro, condições muito deficientes, que põem em risco a segurança e saúde dos trabalhadores, o que não é fácil nas autarquias porque, na maioria das mesmas, a questão das condições de trabalho é secundária ou terciária.

Têm alguns resultados para apresentar resultantes destas duas décadas de intervenção que acumulam por melhores condições de vida e de trabalho e pela promoção de comportamentos mais saudáveis?

Ana Borges (AB) – Como o José Correia referiu relativamente à metodologia do projeto, existem dois momentos: depois da divulgação aos trabalhadores, fazemos a aplicação de um questionário, não para aferir o consumo dos próprios, mas as representações sociais que têm relativamente aos consumos em meio laboral. A partir desses resultados, em conjunto com os técnicos do ICAD, podemos aferir o que a pessoa pensa em relação aos consumos e, a partir daí, particularizar um pouco mais e direcionar a intervenção. E depois de fazermos alguma intervenção, nomeadamente a sensibilização através do ICAD e da divulgação de materiais de informação sobre as várias substâncias, aplica-se um segundo questionário para aferir novamente as representações sociais e, aí, comparamos o desvio entre o questionário inicial e o final. Nalguns casos, os

comportamentos mudaram um pouco e, nalgumas autarquias e empresas privadas onde tivemos intervenção, fizemos uma única intervenção ao abrigo do tempo do protocolo, que é geralmente anual, e verificámos que os comportamentos alteraram um pouco. Não sendo muito linear, temos por exemplo autarquias onde verificámos alguns avanços.

JC – Portugal é dos países da Europa com maior consumo de álcool per capita. E há um contexto multifacetado que tem a ver com um conjunto de questões que a Ana Borges colocou, desde condições económicas muito débeis, condições de habitação, de transporte e o contexto social de cada trabalhador e temos situações em que, por exemplo, à hora do almoço, o trabalhador não consumiu no refeitório mas basta atravessar a estrada e vai ao café consumir... os regulamentos de álcool podem eliminar a possibilidade de consumo durante o horário de trabalho mas, depois, existem estas questões. Em visitas que realizei, constatei que existem países, sobretudo no centro da Europa, em que de uma forma geral, não consomem durante o horário de trabalho... parece-me uma questão de consciência e, em Portugal, o parâmetro não é esse. E o Euridice, na prática, pretende fazer um trabalho de prevenção que consciencialize os trabalhadores para não consumirem durante o horário de trabalho. É essa a nossa missão, nuns casos com maior êxito, noutros com menos, nuns casos a câmara acompanha essas preocupações e, ainda que podendo ter um regulamento de consumo de álcool, toma um conjunto de medidas também de prevenção e sensibilização. Portanto, temos que elevar a consciência dos trabalhadores para este problema e tem que ser através da sensibilização e da intervenção nesse sentido.

Em que medida fazem depender qualquer intervenção neste âmbito da participação e decisão dos trabalhadores?

AB – Claro que sim... tal como em qualquer outro problema de saúde, uma pessoa só se trata se quiser e tiver vontade. Assim sucede com um problema relacionado com alcoolismo: só com a motivação do trabalhador poderemos ajudar de alguma forma. Aqui, o papel dos delegados sindicais assume especial importância, porque os trabalhadores reconhecem-nos como pares e é muito mais fácil acarretarem um conselho dos próprios pares do que de uma chefia, que interpretam mais como uma ordem.